

Gênero, Maternidade e Reprodução *ou* Quais São as Razões Para um Fraldário Estar Localizado Dentro do Banheiro Feminino?

Fernanda Castro Faria Graça Melo

Pós-graduanda do Curso de Especialização em Gênero e Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para esta reflexão é a constatação de que em vários espaços públicos os fraldários estão localizados dentro dos banheiros femininos ou próximos a estes. Pretende-se nesse trabalho abordar a questão de gênero, maternidade e reprodução e apresentar elementos que possam enriquecer a discussão sobre as características e implicações desse arranjo arquitetônico para a mudança ou permanência das relações de gênero tais como se apresentam hoje em nossa sociedade.

FAMÍLIA NA MODERNIDADE

Para compreender a utilização do espaço público pela família, cabe, primeiramente, inseri-la num contexto social, histórico e cultural. É preciso refletir sobre esse conceito, bem como indagar sobre a sua origem. F. Engels (2009) apresenta dois estágios pré-históricos da “civilização”: o estado selvagem (onde inicialmente os alimentos eram frutos, nozes e raízes, sendo posteriormente introduzidas a caça e a pesca) e a barbárie (cujo traço característico é a criação de animais, além do cultivo de plantas). O exercício do domínio sobre esses animais e sobre a terra que passou a ser cultivada representa o surgimento da propriedade privada.

É nesse momento histórico que se estabelece o que Engels denomina de família monogâmica. Esse modelo que triunfa na "civilização" nascente é baseado no domínio do homem, com a finalidade expressa de procriação e no qual a paternidade é uma exigência para que os filhos se tornem os herdeiros de seus bens.

Entre os romanos, a palavra família originalmente sequer se aplicava a um casal e seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* significava escravo doméstico e família representava o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Na visão de Engels também aqui a origem de sua definição se confunde com o surgimento da propriedade privada e com a necessidade de se ter controle sobre os bens e os herdeiros. Dessa forma, “para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, a mulher é entregue incondicionalmente ao poder do homem. Mesmo que ele a mate, não faz mais do que exercer um direito seu.” (p. 58). Vislumbra-se a formação de um sistema patriarcal elaborado para garantir ao homem poder sobre os seus bens mediante o controle sobre sua prole, que serão seus herdeiros. Primordial, portanto, manter o domínio sobre a mulher utilizando, inclusive, de violência quando necessário.

LUGAR DA MULHER NA FAMÍLIA

A família moderna surge, então, como aquela que possui o homem como chefe, cabendo a este o dever de zelar por seus bens, bem como cuidar da transmissão destes aos seus herdeiros. Como a reprodução se dá no corpo feminino, indispensável o controle desse corpo pelo homem. Não há, sob essa ótica, lugar para uma visão romântica baseada no amor e laços afetivos.

Rousseau (1995), em obra de 1762 que é considerada um marco divisório na história da educação - **Emílio ou Da Educação** - indica a posição da mulher. Afirma que, em um casal, cada um concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco. É preciso necessariamente que um queira e possa; basta que o outro resista pouco. Estabelecido este princípio, afirma que a mulher “foi feita especialmente para agradar o homem”, servindo de ligação entre os filhos e o pai. A ela cabe fazer com que o pai os ame e lhe dê confiança para chamá-los seus filhos (p. 497). É nítida a preocupação em manter o controle sobre a mulher e a prole, como também aponta Engels.

Define Rousseau com precisão o papel dessa mulher e ainda o justifica com fundamento na “razão”:

“quando a mulher se queixa (...) da injusta desigualdade que o homem institui, ela está errada, tal desigualdade não é uma instituição humana, ou pelo menos não é obra do preconceito, mas da razão; cabe aquele dos dois sexos que a natureza encarregou da custódia dos filhos responder por isso diante do outro

(...)

Se há uma condição horrível no mundo, é a de um infeliz pai que, sem confiança na mulher, não ousa entregar-se aos mais doces sentimentos de seu coração, que se pergunta, ao beijar o filho, se não está beijando o filho de outro homem, a prova de sua desonra, o ladrão do bem de seus próprios filhos.” (Idem).

A dúvida sobre a paternidade e a suspeita de traição sempre atormentaram homens de todos os tempos, como o Bento (o **Dom Casmurro**) de Machado de Assis e o Otelo, de Shakespeare. Essa visão aparentemente superada e ultrapassada ainda está presente, com força, em nossa cultura. Subsiste, mas agora de forma velada, o que nos dificulta enxergá-la com a nitidez e a clareza que outrora existia. Situações de nosso cotidiano - tais como a existência de um fraldário apenas no banheiro feminino - só reforçam essas características básicas do modelo patriarcal. São detalhes do nosso dia-a-dia que passam despercebidos. Para superar obstáculos que à primeira vista nos parecem mais do que “naturais” é fundamental um olhar crítico voltado para o resgate das origens de determinados valores, bem como a percepção de que os problemas históricos de discriminação e hierarquização permanecem.

ONDAS FEMINISTAS

O feminismo surge como forma de questionar esse papel a que estaria submetida a mulher na sociedade. É uma forma de

“repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que

adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção e a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que a diferença entre os sexos não se traduza em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões” (ALVES & PITANGUY, 2003, p. 9 e 10).

A denominada primeira onda feminista surge no século XIX por influência do pensamento iluminista, que destaca valores como igualdade e liberdade. Em sua essência, o movimento está identificado com a reivindicação da ocupação do espaço público pelas mulheres, por meio do pleito de um direito político básico: o de votar (movimento sufragista). A segunda onda feminista aparece nos anos 60 em meio ao movimento *hippie*, da contracultura, da descoberta da pílula anticoncepcional e da inserção da mulher no mercado de trabalho. O movimento feminista ultrapassa a barreira do objetivo de ocupar espaço público e passa a questionar o papel submisso da mulher nas relações privadas.

No livro **Mística Feminina**, considerado um representante clássico dessa segunda fase, Betty Friedan (1971) observa um profundo desajuste entre a situação real das mulheres americanas - angustiadas e insatisfeitas - e a imagem da mulher americana moderna, apresentada cheia de *glamour* pelas revistas femininas da época. A autora questiona duramente não só a falta de acesso, mas, principalmente, a falta de estímulo à educação das mulheres. Revolta-se com o fato de que, mesmo aquelas que se dedicam aos estudos, o fazem direcionadas para alcançar o grande objetivo e ideal de felicidade: ser mãe e esposa. As americanas, dentro desse padrão cultural de felicidade imaginária, casavam-se muito cedo e tinham muitos filhos. Em geral abandonavam os estudos, muitas vezes considerado apenas um instrumento para obter um “bom” casamento. Aquelas que exerciam algum tipo de atividade remunerada fora de casa não valorizavam seus trabalhos, nem almejavam ou ambicionavam ter uma carreira. O provedor era o marido, o trabalho feminino era algo complementar. A sociedade americana procurava convencer as mulheres, e também os homens, de que o caminho “natural” da mulher para a felicidade era o casamento e a maternidade.

Destaca a autora o grande papel da mídia na construção desse ideal de vida:

“esta mística de realização feminina tornou-se o centro querido e intocável da cultura americana contemporânea. Milhões de mulheres moldavam sua vida à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana beijando o marido diante do janelão de casa, descarregando um carro cheio de crianças no pátio da escola e sorrindo ao passar o novo espalhador de cera no chão de uma cozinha impecável. Faziam pão em casa, costuravam a roupa da família inteira e mantinham a máquina de lavar e secar em constante funcionamento. Mudavam os lençóis duas vezes por semana, em lugar de uma só, faziam cursos de tapeçaria e lamentavam suas pobres mães frustradas, que haviam sonhado em seguir uma carreira. Seu sonho único era ser mãe e perfeita. Sua mais alta ambição, ter cinco filhos e uma bonita casa. Sua única luta, conquistar e prender o marido. Não pensavam nos problemas do mundo para além das paredes do lar e, felizes em seu papel de mulher, desejavam que os homens tomassem as decisões mais importantes, e escreviam, orgulhosas, na ficha de recenseamento ‘ocupação: dona de casa’ ” (idem, p. 20).

A propaganda - que hoje ainda se encontra presente em “comerciais de margarina” - tenta convencer que a felicidade está ao alcance da dona de casa. Mesmo com conforto material e ainda que realizados os sonhos do matrimônio e da maternidade, um alarmante número de mulheres americanas permaneciam infelizes e profundamente perturbadas por um problema sem nome, conforme alertava Friedan já na década de 60 (*ibidem*, p. 21 a 31).

O MITO DO AMOR MATERNO E A QUESTÃO: EVA VERSUS MARIA

A maternidade na sociedade moderna tende a ser tratada como tema sagrado. Percebe-se, historicamente, a identificação da mulher com dois grandes símbolos religiosos que nos levam a refletir quais são os valores e os preconceitos que estão colocados em nossa sociedade, ora de

maneira alternada, ora simultaneamente. Temos a figura da mulher/esposa/mãe estritamente ligada à figura da Virgem Maria, símbolo maior do amor materno, de pureza e abnegação. Existe, por outro lado, a simbologia de Eva que remete ao pecado, à mentira, à sedução, às tentações da carne, à vaidade. A mulher vista como culpada pela infelicidade do homem, a diabólica, a inferior, a fraca. Um verdadeiro “símbolo do Mal” (Baudinter, p. 33 e 34). Uma mesma mulher pode ser vista das duas formas, de um segundo para o outro, ou até simultaneamente, variando conforme o ponto de vista do observador e os valores que este tem como referência.

Segundo relata a autora, os textos de Santo Agostinho evocavam as más condições da mulher que era tida como “um animal que não é firme, nem estável, odioso, que alimenta a maldade, fonte de todas as discussões, querelas e injustiças”. (*ibidem*, p. 34). Em relatos de aldeões do século XIV, extrai-se a fala de um marido que trata a mulher de porca, um outro, apesar de sua afeição pela filha, declara que a mulher é coisa vil. Um terceiro afirma que a alma feminina não pode ser admitida no paraíso se não reencarnar primeiro num homem. Um quarto diz que as mulheres são demônios. Evidentemente, esses demônios e essas porcas podiam ser espancados à vontade posto a sua condição de semi-humanas.

Na obra de São Paulo também está presente a ideia da hierarquização, reafirmando que a mulher deve se submeter às ordens do marido por ter sido o homem criado em primeiro lugar e ter dado origem à mulher. São Paulo recomendava “à esposa, como outrora Aristóteles, observar um comportamento adequado à sua inferioridade, isto é, de modéstia e silêncio. Assim referendadas, as prescrições da moral eclesiástica ressaltam, até o século XVII, a subordinação da mulher ao marido” (*idem*).

É possível afirmar que não existia o amor como valor familiar e social até meados do século XVIII e essa ausência era não só referente à esposa, mas também aos filhos, que não tinham relevância significativa. O índice de mortalidade infantil era altíssimo (em especial no primeiro ano de vida da criança), a morte infantil era banalizada, o foco no primogênito deixava os demais filhos em segundo plano, a amamentação era desestimulada e não se criava um vínculo entre mãe e filho a partir do nascimento. A convivência familiar era muito restrita porque os bebês eram entregues a uma ama de leite ainda recém-nascidos e passavam a residir com esta em locais afastados da família biológica. A situação ocorria tanto em núcleos familiares abastados quanto nos mais modestos. Permaneciam os bebês

sob os cuidados da ama pelo período, em média, de quatro anos, sendo raro, quando não inexistente, o contato da mãe com o filho. Logo após o retorno ao lar originário - se não viesse a óbito - eram enviados para convento ou internato para fins educacionais. Conviviam, na verdade, poucos anos com a família.

Badinter (1985) aponta Rousseau como responsável pela cristalização das ideias inovadoras que deram um verdadeiro impulso inicial à família moderna fundada no amor materno. A partir de 1760 começam a se multiplicar as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ordenam amamentá-los. Cresce e se fortalece o discurso em defesa da criança. Começa a ser imposta à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo e a se consolidar o mito que permanece até os dias de hoje: o do instinto materno ou do amor espontâneo de **toda** mãe pelo filho. Por trás desse discurso, sua verdadeira razão era o alto índice de mortalidade infantil que, por razões políticas e econômicas, passou a ser um problema para o Estado, entrando na ordem do dia a necessidade estatal de reduzi-lo. Assim, a sociedade através de vários atores sociais repete, incansavelmente, os mesmos argumentos para convencer as mulheres a se ocuparem pessoalmente dos filhos (p. 155 e 181).

Outra referência apontada por Badinter é Monsieur de Chamousset, um filantropo que demonstra a linha de pensamento do séc. XVII:

“as crianças abandonadas morrem como moscas sem nenhum lucro para o Estado. Pior, ainda, representam um ônus para a nação, obrigada a mantê-las até que morram. (...) a maioria dessas crianças morre antes de chegar a uma idade em que se poderia extrair delas alguma utilidade” (p. 155).

O projeto de Chamousset era o de reduzir essa mortalidade, transformando essas crianças em uma força de produção rentável para a sociedade. Propunha, assim, que o Estado se esforce para conservá-las vivas, que aperfeiçoe a higiene e o aleitamento artificial para que esses futuros homens sobrevivam. Depois do desmame, toda aldeia que quisesse ser isenta do serviço militar se encarregaria de oito dessas crianças, até que entrassem no exército. Cada pai e cada mãe se ocupariam deles a fim de garantir a subsistência da própria família. E para indenizar o Estado das

despesas feitas com sua criação, esses jovens seriam obrigados a servir até os 25 ou 30 anos. Além disso, durante seus anos de serviço, o Estado economizaria um salário de marinheiro ou soldado, maior do que o custo anual de uma criança. O interesse estatal em cuidar de crianças não tinha motivação humanitária e sim, econômica.

Ainda que a propaganda intensiva de Rousseau e de seus sucessores não tenha conseguido convencer todas as mulheres a serem mães cuidadoras do lar e dos filhos, seu discurso teve um forte efeito. As que se recusaram - e ainda se recusam - a obedecer aos novos imperativos sentiram-se obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Houve uma profunda mudança social: as mulheres passam a se sentir cada vez mais responsáveis pelos filhos e, quando não podem assumir seu dever, consideram-se culpadas. Rousseau obteve um sucesso muito significativo: “a culpa dominou o coração das mulheres”. “Feita para sofrer”, como Maria, a mulher não pode encontrar melhor ocasião de exercer seus dons do que na maternidade. O papel da esposa, embora igualmente necessário, não é suficiente para a plena realização de sua feminilidade. Para que uma mulher cumpra sua vocação, é preciso que seja mãe, não como outrora, de maneira esporádica e irregular, mas constantemente, vinte e quatro horas por dia. Para Badinter:

“a mulher não é mais identificada com a serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, à Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam aos limites do lar” (p. 175).

O que Badinter faz em sua obra é desconstruir o mito por meio da análise das condições sociais, políticas e históricas que o criaram, demonstrando que não é um instituto que **sempre** esteve presente na sociedade. Ao contrário, mostra o pouco valor que era dado à vida das crianças e a pouca importância que se dava aos cuidados destas. A autora questiona a existência do amor materno “inato” e presente em **toda e qualquer** mulher. Ela também aponta para o fato de que qualquer um pode “ma-

ternar” uma criança, lembrando ainda que não é apenas o amor materno que leva uma mãe a cumprir seus deveres maternais, havendo outros fatores tais como a moral, os valores sociais e religiosos que influenciam e, às vezes, podem até mesmo prevalecer sobre desejo da mãe. Badinter conclui que “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito.” (p. 21).

A ideia de maternidade, tal como foi construída, é entendida como um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimentos. Um real sacrifício de si mesma. Ainda hoje é forte a presença de tais valores em nossa sociedade, que vê com naturalidade e pouco questionamento esse papel vinculado às mães, e que traz junto toda uma estrutura política, social e até mesmo arquitetônica que vinculam às mães – e somente a elas - o cuidado de seus filhos, como no caso em questão da colocação de fraldário apenas no banheiro feminino.

CONCLUSÃO

Para Engels a família terá de progredir na medida em que a sociedade progride, terá de mudar na medida em que a sociedade se modifica, exatamente como aconteceu no passado. Ela é um reflexo do sistema social e refletirá sua cultura. Como a família se aperfeiçoou consideravelmente nos tempos modernos e hoje as diversas formas de família brotam e nos surpreendem a cada momento, é de esperar que esse contínuo aperfeiçoamento alcance, ou ao menos caminhe, para a eliminação da hierarquia entre os gêneros.

O fato - aparentemente simples - de um fraldário estar localizado em um banheiro feminino, ou mesmo próximo a este, não é nem pode ser visto como mero acaso ou um detalhe de menor importância. Esse arranjo arquitetônico está contido na lógica de um sistema que reforça e se esforça, diariamente, em cada detalhe, em manter a cultura patriarcal intacta. As vozes insurgentes que podem e devem partir de todas as mulheres e também dos homens - tal como na recente campanha da ONU Mulheres “ElesPorElas” *HeForShe*, que procura envolver homens e meninos na promoção dos direitos das mulheres - invocam o desejo de uma sociedade mais igualitária, na qual o cuidado do lar e a criação dos filhos seja uma atividade dividida de forma equitativa pelo casal. ❖

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo, Brasiliense, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**, 1985. (<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>)

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo, Escala Educacional, 2009.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis, Vozes, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.